

INSEPARÁVEIS: A RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CASO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA O FAZER DE UMA CIDADANIA PLENA

Leticia de Souza Jorge
Rafael Martins Farias

Universidade Federal Fluminense - leticiasj758@gmail.com

Este artigo tem como objetivo relatar um estudo, ainda em processo de construção, sobre a necessidade de alfabetizar letrando para o fazer de uma cidadania plena, despertado através de uma prática pedagógica realizada dentro da sala de aula de uma turma de alfabetização da EJA.

No segundo semestre de 2017, estive realizando a prática da matéria Pesquisas e Práticas Pedagógicas III pela Universidade Federal Fluminense, a qual os graduandos de pedagogia desta instituição estudam partir do quarto período do curso. Nesta disciplina temos a oportunidade de ir a campo a fim de realizar a práxis. A escola em que realizei a prática localiza-se no bairro da Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, e nomeia-se como "Escola Municipal Capitão de Fragata Didier Barbosa Vianna". A escolha desta se deu pelo fato de que era do meu interesse pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Em um dos dias presentes na turma, já acordada com a professora regente, realizei uma atividade em roda de conversa, onde os alunos expressavam as motivações que os fizeram ingressar na escola regular, conforme o livro "A sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem" (2006), oferecido pelo Ministério da Educação, orienta aos professores da educação de jovens e adultos com atividades que envolvem o saber dos educandos e que "contribuem para o dinamismo da aula, para o despertar do interesse, da atenção e do envolvimento" (Pág 29).

Nesta prática, conheci Dona Maria (nome fictício), que nos contou que o que a motivava a estudar era a situação de que certo dia ela estava sozinha no centro da cidade do Rio de Janeiro e foi para a Praça XV com o intuito de ingressar na Estação de Barcas, no guichê "Cocotá", pois este seria o trajeto que lhe faria retornar para sua casa de forma mais rápida e segura. Porém, enganosamente, Maria embarcou no guichê "Paquetá", porque mesmo não sabendo ler reconheceu a familiaridade das palavras. Com isso, no fim da tarde, ela foi parar em outra Ilha e não na que mora, conseguindo retornar apenas no último horário para a praça XV. E como não havia mais horários de traslado para o Cocotá, na Ilha do Governador, aonde ela mora, Maria retornou para casa de ônibus, fazendo de sua viagem mais longe e perigosa. Ela finalizou sua participação dizendo: "*Hoje alfabetizada eu acerto meu caminho*".

Este relato me gerou certo desconforto e me motivou a estudar como a vivência de um indivíduo que não é dominante da codificação e da decodificação em uma sociedade grafocêntrica, ou seja, aonde o processo da escrita é gradativamente mais presente nas relações sociais, econômicas e culturais, possui as possibilidades do seu exercício pleno de cidadania e de sua participação críticas muito limitadas. O Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação nos afirma que:

"O não estar de pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada revela-se como problemática a ser enfrentada. Sendo leitura e escrita bens relevantes, de valor prático e simbólico, o não acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

conquista de uma cidadania plena”. (p. 6)

No Brasil, ainda tão presente o fenômeno de analfabetismo, faz com que as práticas discriminatórias e preconceituosas determinem que pessoas sem a apropriação da tecnologia do código escrito, se classifiquem como fracassos escolares. E isso se tornou mais abrangente quando a partir dos anos 50 os instrumentos de avaliação para declarar alguém analfabeto sofreram alteração. Se até a década de 40 as pessoas declaravam saber ler e escrever assinando o próprio nome, nos anos 50 passaram a ser declarados alfabetizados somente aqueles que diziam serem capazes de ler e escrever um bilhete simples (MORAIS, Artur; ALBUQUERQUE, Eliana, 2010), passando assim a envolver a prática do uso da leitura e da escrita. Dessa forma, o grupo considerado analfabeto passou a abranger grande parte daqueles que antes eram considerados alfabetizados. Em contrapartida, o novo entendimento do conceito de alfabetização para aqueles que se declaravam ser capazes de ler e escrever bilhetes, *“não assegurou o exercício de práticas de leitura e escrita, de modo a alcançar propósitos numa sociedade em que aquelas práticas se fazem essenciais para o exercício da cidadania”* (MORAIS, Artur; ALBUQUERQUE, Eliana, 2010) ou seja, muitos eram considerados apropriados do saber da escrita e da leitura, mas eram incapazes de usá-las para finalidades corriqueiras. E assim, *“na década de 1990, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística passou a divulgar, além dos índices de alfabetismo/analfabetismo, os índices de analfabetismo funcional”* (MORAIS, Artur; ALBUQUERQUE, Eliana, 2010), que são as pessoas com menos de quatro anos de estudo escolares e/ou séries incompletas, visto que as práticas sociais de leitura e escrita foram tornando-se mais complexas e numerosas e passaram a exigir mais dos sujeitos. O uso dessa nova definição resultou em um novo e maior aumento das taxas do analfabetismo, que passou a englobar não só *“as pessoas que não dominam o sistema alfabético, mas também todos aqueles que tiveram acesso limitado à escolarização ou que tem domínio limitado das habilidades de leitura e escrita”* (RIBEIRO, 2003, p.10), então, mais uma vez, a definição do que se entendia por analfabeto foi afetada. Porém, estudiosos continuavam a discutir os conceitos e as mudanças teóricas e pedagógicas sobre alfabetização/analfabetismo, pois é contraditório falar que alguém é analfabeto - ainda que usando a palavra funcional em seguida - mas que saiba ler e escrever, mesmo que seja incapaz de produzir textos em situações específicas. Dessa maneira, mais um conceito necessário surgiu como nos explica Magda Soares:

“A medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: não basta apenas aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática da leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita (...). Esse novo fenômeno só ganha visibilidade depois que é minimamente resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas, e variadas práticas de leitura e de escrita, fazendo emergirem novas necessidades, além de novas alternativas de lazer. Aflorando o novo fenômeno, foi preciso dar um nome a ele: quando uma nova palavra surge na língua, é que um novo fenômeno surgiu e teve de ser nomeado. Por isso, e para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento”. (2017, p. 45 - 46)

Assim, considerando que em nosso país a palavra alfabetização está diretamente associada ao analfabetismo, Soares defende a necessidade da utilização dos termos alfabetização e letramento fazendo distinção entre

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

eles, defendendo que o primeiro corresponde ao processo no qual se adquire a tecnologia da escrita alfabética, junto com suas habilidades de utilização de leitura e escrita, dominando a técnica. Já o segundo, relaciona-se ao efetivo e competente exercício prático do primeiro, a interpretação e compreensão e envolvimento social. Ainda segundo Soares,

“alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” (2017)

Os alunos da EJA, tendo suas experiências sociais limitadas pela ausência da escrita e leitura, ingressam na escola regular para tornar sua cidadania completa. Mas, embora tanto debate ao longo dos anos, é observável que o ensino regular ainda se apropria de métodos silábicos de alfabetização. Morais e Albuquerque nos dizem

“lêem-se e escrevem-se textos interessantes, mas o ensino da escrita alfabética não muda. Os professores desejam que o aluno seja “sujeito” de sua aprendizagem, que ele aprenda refletindo e construindo sua compreensão, mas propõem no dia-a-dia tarefas essencialmente mecânicas, como a cópia e junção de sílabas”. (2010, p.68)

A educação de jovens e adultos precisa ser vista como uma modalidade, assim como toda educação básica, em que é necessário letrar o discente enquanto o alfabetiza. A sociedade em que dependente gradativamente da codificação para a completa prática de cidadania, precisa preparar o sujeito a fim de que este se torne totalmente habilitado para praticar a cultura, a política e o lazer. Democratizar o acesso ao mundo letrado não significa acumular a sala de aula com textos, jornais, livros e revista com diferentes assuntos, mas permitir ao aprendiz na vivência escolar as finalidades e novos olhares diante as situações, dissecando palavras constituintes de textos, possibilitando o ensino a partir da realidade do aluno como Paulo Freire exemplifica em seu livro “Pedagogia da Autonomia” a possibilidade de estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais com as experiências sociais dos indivíduos. Contudo, estar habilitado não se minimiza ao simples conhecimento da tecnologia da escrita e leitura, mas a clareza de entendimento dos diferentes gêneros textuais e sociais e das suas funções e usos cotidianos. É a democratização da vivência de práticas do uso da leitura e a reconstrução da social do indivíduo.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: a sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem*. Brasília: Departamento de Educação de Jovens e Adultos, 2006.

_____. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Brasília, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 54ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de. Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas. In: ALBUQUERQUE, Eliana

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

Borges Correia de; MORAIS, Artur Gomes de. Alfabetização e letramento: O que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”. 1 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

MAGDA, Soares. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

RIBEIRO, V.M (Org) *Letramento no brasil*. São Paulo: Global, 2003.